

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2016, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP) completou **trinta e seis anos de atividades operacionais**. Ao longo desse tempo, mercê da grande complexidade operacional e tecnológica requerida para o desenvolvimento de seus negócios e não obstante a descontinuidade sofrida na implantação do Programa Nuclear Brasileiro, a empresa tornou-se um **centro de excelência** diferenciado e reconhecido em todo o mundo, ampliando e diversificando suas atividades, integrando-se definitivamente à indústria de base brasileira, **consolidando sua posição de mercado** a partir da alta qualidade dos produtos e serviços que passou a oferecer para uma ampla gama de empresas no país e no exterior. No âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil – PROSUB, a NUCLEP **teve grandes avanços**, pois foram entregues as seções do Submarino 2 (SBR-2), resultado do relacionamento contratual e estratégico entre a NUCLEP e a Itaguaí Construções Navais S.A. (ICN), e por um lado, o ano de 2016 representou **grandes conquistas** para a NUCLEP dentro do PROSUB, por outro, foi marcado por uma estagnação do cenário político-econômico brasileiro por conta dos desdobramentos da Lava-Jato e do impedimento da Presidente Dilma. O setor de Petróleo&Gás, outro importante ramo de atuação da NUCLEP, sofreu com a crise, repercutindo diretamente na prospecção de novos negócios. Como se pode observar, o ano de 2016 foi desafiador em todos os sentidos, pois, em um ambiente adverso, a NUCLEP se mostrou, mais uma vez, como sendo uma **companhia estratégica**

técnica para o país, no que diz respeito à soberania brasileira pelos contratos que possui; estável economicamente, por ser uma estatal dependente; e confiável, pela qualidade e histórico dos produtos fabricados e entregues. Na **área nuclear**, depois de longo período de hibernação, uma nova oportunidade no setor surgiu com a publicação, ao final do ano, pela EletroNuclear, de edital para construção de unidade de armazenamento complementar a seco para a planta nuclear de Angra, visando atender as necessidades das usinas Angra I e Angra II. A eventual retomada de construção de novas centrais nucleares no Brasil ou no mundo é uma oportunidade para a NUCLEP atuar como fornecedora desses equipamentos de grande porte. Para 2017, se espera **um ano mais promissor**, com a retomada nos setores de atuação da Companhia. Neste sentido, a Administração da Companhia acredita que a NUCLEP está preparada para atender, com qualidade, os clientes que surgirão neste novo ciclo de crescimento. **Agradecemos** aos nossos acionistas, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, fornecedores de bens e serviços e seus trabalhadores, às autoridades dos governos federal, estadual e dos municípios e aos empregados da NUCLEP, pelo comprometimento com os objetivos da Companhia para o desenvolvimento de nosso Brasil.

LIBERAL ENIO ZANELATTO
 Presidente Interino e Diretor Industrial

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

I. PERFIL CORPORATIVO

A NUCLEP é uma companhia **detentora de tecnologias** inerentes à construção de componentes pesados para os circuitos primário e secundário de centrais nucleoeletrônicas. Entre seus principais produtos estão vasos de pressão de reatores, estruturas de núcleos de reatores, pressurizadores, acumuladores, geradores de vapor, condensadores, racks para armazenagem de elementos combustíveis, assim como, módulos de processos, cascos resistentes de submarinos, plataformas semissubmersíveis, equipamentos e componentes pesados.

FIGURA I – Obras Nuclear, Naval e Offshore



Estratégica pelas características únicas de suas instalações, equipamentos e tecnologia que domina é a **única brasileira** a possuir selos de qualidade como o **ASME III**, da Associação de Engenheiros Mecânicos dos Estados Unidos, essencial para a fabricação e certificação de equipamentos e componentes para indústrias nucleares, reforçando, assim, a indústria de base brasileira e contribuindo para o desenvolvimento industrial e econômico do país. Por seu eficiente sistema de garantia de qualidade, ela é uma importante referência do Brasil em todo o mundo.

FIGURA V – Heliponto

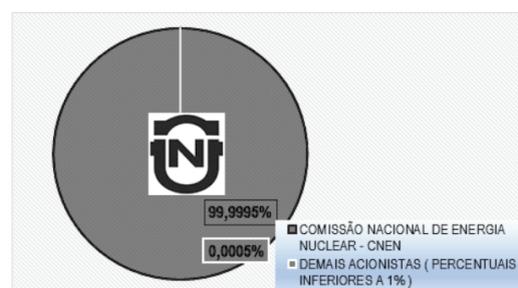
A facilidade de acesso, com mais de 79 mil m² de **área para montagem**, deixam a NUCLEP em posição de destaque no cenário nacional. As referidas áreas, abaixo demonstradas, encontram-se devidamente licenciadas.

FIGURA VI – Área para montagem



Estrutura Societária
 No ano de 2016, a Companhia manteve seu **quadro societário inalterado** com a seguinte estrutura societária:

GRÁFICO I
 Composição Acionária, posição em 31/12/2016



A distribuição dos **“Demais Acionistas”**, cujos percentuais são inferiores a 1%, se dá da seguinte forma:

TABELA I
 Composição Acionária, posição em 31/12/2016

ACIONISTAS	REPRESENTANTE	QTDE DE AÇÕES
Com. Nac. de Energia Nuclear - CNEN	---/---	61.209.995
Renato Machado Cotta	Presidente da CNEN	1
Jaime Wallwitz Cardoso	Presidente da NUCLEP	1
Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior	Representante do MCTIC / MD	1
Paulo Roberto Pertusi	Representante do MCTIC	1
Augusto Akira Chiba	Representante do MP	1
TOTAL DE AÇÕES ORDINÁRIAS:		61.210.000

Nota Importante: O Sr. Jaime Wallwitz Cardoso foi Presidente da Companhia até a 93ª Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 05/01/2017.

II. GOVERNANÇA CORPORATIVA
1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE GOVERNANÇA

A **administração** da NUCLEP é composta por executivos competentes e conduzida pelos princípios das melhores práticas de governança corporativa e comportamento ético, buscando resultados pela via da transparência. Com o advento do **Decreto nº 8.945/16**, que regulamentou a Lei nº 13.303/16, a administração adotou uma série de medidas para reforçar os instrumentos de gestão, transparência e responsabilidade corporativa, com reflexos diretos no plano estratégico da Companhia. A reforma do estatuto, iniciada em 2016, encontra-se em fase final de aprovação nas instâncias internas, e se deu com a contratação de um renomado escritório de advocacia, com atuação ativa do corpo jurídico da Companhia. Relevante descartar que, conforme prevê o referido decreto, foi constituída uma **comissão interna**, transitória e não estatutária, para exercer temporariamente as competências do Comitê de Elegibilidade, previsto no seu artigo 21. Esta comissão opinará de modo a auxiliar os acionistas na indicação dos Administradores e Conselheiros Fiscais. Com este rigoroso critério de seleção dos administradores, a NUCLEP continuará desempenhando seu papel estratégico para o país. Atualmente, a **estrutura administrativa e de governança** da empresa está organizada, conforme o seguinte organograma:

FIGURA VII
 Organograma - Estrutura Administrativa e de Governança



A estrutura de **Governança Corporativa** da Companhia tem aderência ao Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), como também, encontra-se em linha com as recomendações do **SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**. Dentro deste contexto, registra-se, também, que a NUCLEP tem um **Código de Ética** que prescreve padrões de conduta profissional exigidos dos seus empregados.

1.1 Conselho de Administração

O **Conselho de Administração** é o órgão de orientação e deliberação da Companhia. Define as estratégias de longo prazo e acompanha a execução das políticas estabelecidas, em linha com as atribuições conferidas pelo Estatuto Social. É composto por **6 (seis) membros efetivos** e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo designado um Presidente e os demais denominados Conselheiros. O Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Presidente da Companhia são membros natos. O Presidente da CNEN é o Presidente do Conselho de Administração. Dentre os demais membros, um é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), um como representante dos empregados e os outros indicados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). **Em 31/12/2016**, a Companhia contava com 5 conselheiros de administração e, ao longo do referido ano, foram realizadas 3 (92ª a 94ª) reuniões para deliberações sobre vários assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos. Os membros do Conselho têm mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

TABELA II
 Conselho de Administração, posição 31/12/2016

Nome	Cargo	Representante
Renato Machado Cotta	Presidente	Presidente da CNEN
Jaime Wallwitz Cardoso	Membro	Presidente da Cia.
Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior	Membro	MCTIC
Augusto Akira Chiba	Membro	MP
Paulo Roberto Pertusi	Membro	MCTIC
Vago*	Membro	Empregados

Nota*: a vaga de conselheiro representante dos Empregados será ocupada oportunamente após eleição direta por maioria de votos, organizada por Comissão Eleitoral designada pelo Presidente da Companhia. Vale lembrar a mesma deverá cumprir os requisitos do Decreto nº 8.945/16.

FIGURA II – Certificados



Além dos setores tradicionais de atuação, a Companhia também fabrica estruturas metálicas pesadas relativas à indústria petroquímica, energia e outros.

Dentro deste contexto, registra-se, ainda, que a NUCLEP foi credenciada em 2013 como **Empresa Estratégica de Defesa (EED)**, pelo Ministério da Defesa.

FIGURA III – Obras Petroquímica e Naval



Sua unidade industrial que está **estrategicamente** localizada em Itaguaí/RJ, perto dos principais eixos rodoviários, como se vê na **Figura IV**.



FIGURA IV – Localização da NUCLEP

A Companhia possui, também, um **Terminal de Uso Privado (TUP)** totalmente certificado e homologado em 2016 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para embarque e desembarque de quaisquer produtos e/ou equipamentos relacionados a atividade fabril da NUCLEP. Importante registrar que o TUP tem certificação para cargas de até 1,2 toneladas.

Além do TUP, tem em suas instalações um **Heliponto**. Tais ativos deixam a NUCLEP com um grande diferencial competitivo junto aos demais participantes do mercado.



Relevante mencionar que na **92ª Assembleia Geral Extraordinária** (AGE), ocorrida em 22/12/2016, houve a eleição o Almirante-de-Esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, em substituição ao Almirante-de-Esquadra Luiz Guilherme Sá de Gusmão. Na mesma AGE, tomou posse, também, o Major-Brigadeiro Paulo Roberto Pertusi, em substituição ao Sr. Carlos Augusto de Azevedo.

Destacamos também que na **93ª AGE**, ocorrida em 05/01/2017, o Contra-Almirante Liberal Enio Zanelatto tomou posse como Presidente Interino, em substituição ao Sr. Jaime Wallwitz Cardoso, passando a ocupar, desde então, a vaga de conselheiro estabelecida no estatuto da Companhia.

1.2 Diretoria

A Diretoria é composta por **4 (quadro) Diretores**, quais sejam, Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Industrial e Diretor Comercial, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Ao final de 2016**, a composição da Diretoria se dava da seguinte forma:

TABELA III
Diretoria, posição 31/12/2016

Nome	Cargo
Jaime Wallwitz Cardoso	Presidente
Liberal Enio Zanelatto	Diretor Industrial
Carlos Henrique Silva Seixas	Diretor Administrativo
Celso Cunha	Diretor Comercial

Como já mencionado anteriormente, na **93ª AGE**, ocorrida em 05/01/2017, o Contra-Almirante Liberal Enio Zanelatto tomou posse como Presidente Interino, em substituição ao Sr. Jaime Wallwitz Cardoso, **cumulativamente com a Diretoria Industrial**. Da mesma forma, o Sr. Ricardo Antunes Corrêa tomou posse na mesma ocasião como Diretor Comercial Interino, em substituição ao Sr. Celso Cunha.

1.3 Conselho Fiscal

A NUCLEP tem um Conselho Fiscal que funciona em caráter permanente e atua como órgão fiscalizador dos atos de gestão. É composto por **3 (três) membros** e suplentes em igual número, sendo um deles indicados pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, sendo, todos, eleitos pela Assembleia Geral por um período de 1 (um) ano, permitido a reeleição. Tem, entre outras atribuições: analisar as demonstrações financeiras e fornecer opinião sobre planos de investimentos. **Em 31/12/2016**, a Companhia contava com 3 (três) conselheiros fiscais e, no ano, foram realizadas 12 (185ª à 196ª) reuniões do Conselho Fiscal.

TABELA IV
Conselho Fiscal, posição 31/12/2016

Nome	Cargo	Representante
Tarcisio Bastos Cunha	Membro	MCTIC
José Antônio Severo	Membro	MCTIC
Bruno Ramos Mangualde	Membro	Tesouro Nacional

Relevante citar que na **92ª AGE**, ocorrida em 22/12/2016, tomou posse o Sr. Tarcisio Bastos Cunha, em substituição a Sra. Aline Sá Cavalcanti.

1.4 Auditoria Independente

As Demonstrações Financeiras da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base Lei nº 6404/76 e suas alterações, normas e pronunciamentos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras do exercício de 2016 foram auditadas pela Maciel Auditores S/S e **receberam parecer sem ressalvas**.

1.5 Auditoria Interna

A NUCLEP tem uma auditoria interna que fica subordinada ao Presidente do Conselho de Administração, dando, assim, **total autonomia** no exercício das suas funções, conforme consta do Estatuto Social da Companhia.

Este órgão estatutário auxilia a NUCLEP a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para **avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos**, de controles internos, de integridade e de governança.

A fim de auxiliar a gestão, a Auditoria Interna insere em sua programação atividades de auditoria propostas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, fornece subsídios mensais para as reuniões do Conselho Fiscal, estando presente em todas elas.

Em conformidade com a Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) nº 2, a Auditoria Interna se restringe à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade. E em cumprimento da Resolução CGPAR nº 3, o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) **são aprovados pelo Conselho de Administração**, sem a presença do Presidente da NUCLEP.

2. GESTÃO E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

2.1 Sistema Integrado de Gestão Empresarial

A Companhia vem, incansavelmente, melhorando e aprimorando todas as ações necessárias para consecução do seu objetivo, dando agilidade e transparência à tomada de decisões dentro de rigorosos princípios éticos.

Em 2016, o sistema corporativo **ERP¹ Benner** teve sua implantação consolidada com utilização plena dos módulos implantados, como apresentado a seguir na **Figura VIII**.

¹Enterprise Resource Planning - ERPs são que softwares que integram todos os dados e processos de uma organização em um único sistema.

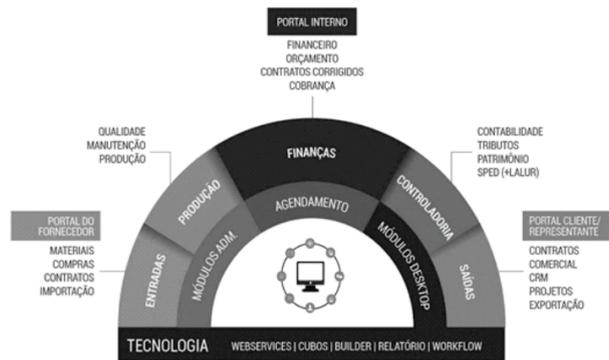


FIGURA VIII - Benner

O sistema foi contratado em abril de 2013, contemplando os módulos de materiais, compras, contratos, qualidade, financeiro, orçamento, contabilidade, tributos, patrimônio e SPED. A operação teve início em abril de 2014.

No ano de 2016, foram consolidados os processos de compras, contratos e gestão de materiais, operação em todos os almoxarifados e realização do primeiro inventário com o novo sistema com sucesso na implantação de operações de consumo de materiais e consequente contabilização pelos respectivos projetos e integração do ERP com o SISTEP para implantação de requisito legal na geração do NUP – Número Único de Processo. No mesmo período foi implantado o cadastro de contratos com operações de medição e apontamentos.

Para 2017, com a utilização do sistema de forma rotineira, está prevista a contratação de consultoria para ajuste de algumas funcionalidades com prioridade para processos da área financeira.

Adicionalmente, relevante mencionar que foi iniciada a implantação de módulos específicos complementares à solução, desenvolvidos pela equipe própria da NUCLEP, incluindo: controle de restaurante, horas-extras, transporte sistema de frota, ônibus, gastos de transportes, lista de itens, folha de acompanhamento (FA), apropriação, custos e ferramentaria.

2.2 Gerenciamento de Riscos

A Companhia tem como prática a **análise constante dos riscos** aos quais está exposta e que possam afetar suas atividades, especialmente as relacionadas aos contratos firmados, no âmbito do PROSUB, pelo caráter estratégico para o país, como também, aos contratos da área nuclear.

Os gestores entendem que o **gerenciamento de riscos** é fundamental para apoiar a sua capacidade operacional e de prospecção de negócios, motivo pelo qual a administração da Companhia criou uma Assessoria de Gerenciamento de Riscos, entretanto, eventuais ajustes poderão ser efetuados por conta do recente Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, que regulamentou a Lei nº 13.303, de 30/06/2016.

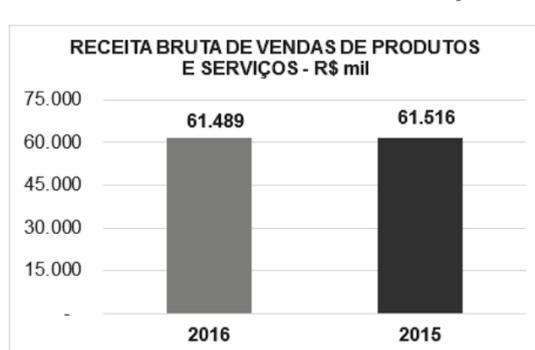
Todos os empregados da Companhia estão empenhados, cada um na sua esfera de atuação, no trabalho de identificação de eventos de riscos de toda natureza, assim como no estudo de alternativas de prevenção e **mitigação de tais riscos**.

Adicionalmente, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva têm a preocupação em buscar parceiros de alto nível para a manutenção de um relacionamento justo e de longo prazo.

2.3 Gestão Empresarial - Desempenho

A Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços se manteve praticamente estável, em comparação ao ano anterior, como se vê graficamente abaixo:

GRÁFICO II
Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços

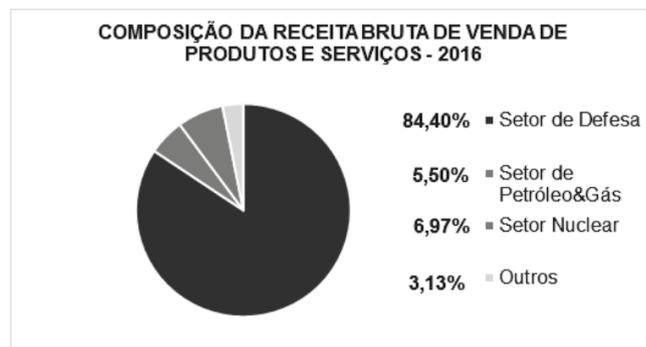


(Em milhares de R\$)

Dados Auditados.

Ao analisar abaixo a composição da Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços de **2016**, se observa que o **Setor de Defesa teve participação relevante** no valor total de R\$ 61,48 milhões:

GRÁFICO III
Composição da Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços - 2016



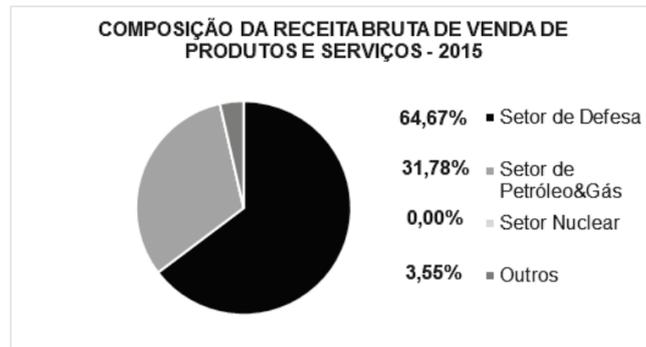
Dados Gerenciais.

(Em Percentual)

O mesmo não ocorreu em 2015, quando a Companhia teve participação um *mix* mais diversificado dentre os seus ramos de atuação, com o Setor de Petróleo&Gás contribuindo com 31,78% na Receita Bruta de Venda de Produtos e Serviços.

GRÁFICO IV
Composição da Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços - 2015

(Em Percentual)



Dados Gerenciais.

As **despesas Administrativas e Comerciais** permaneceram praticamente estáveis, com ligeira redução, em relação ao ano anterior, reflexo do controle permanente das despesas da Companhia.

GRÁFICO V
Despesas Administrativas e Comerciais

(Em milhares de R\$)

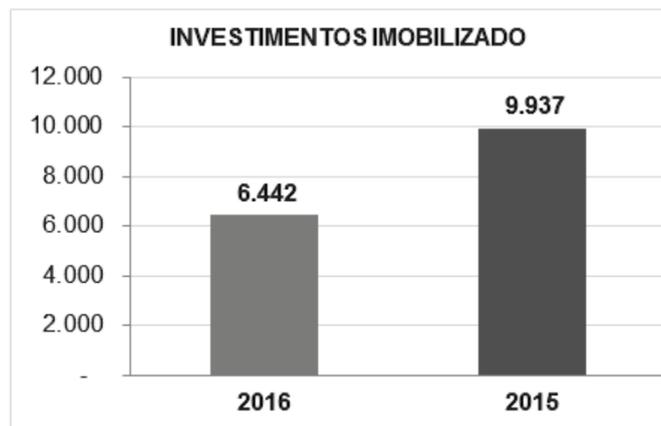


Dados Auditados.

Com relação aos **investimentos**, registra-se que no ano de 2016 houve uma queda, quando comparada a 2015, entretanto, a retomada do processo contínuo de modernização do parque fabril está prevista para 2017.

GRÁFICO VI
Investimentos no Imobilizado

(Em milhares de R\$)



Dados Auditados.

III. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

1. Compromisso com a Segurança, Meio Ambiente e Saúde

A NUCLEP mantém uma política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, descrita em seu manual de segurança, meio ambiente e saúde e mantém ativo um Comitê de Logística Sustentável para implantação do Plano de Logística Sustentável na Companhia.

A Companhia participa formalmente da Rede de Sustentabilidade da administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, onde coordena de forma adjunta o eixo de resíduos.

Em 2016, passou a fazer parte como membro titular do Comitê Guandu e da Comissão do Plano de Área da Baía de Sepetiba (CABS), cujo objetivo é combater a poluição e contaminação por óleo nas águas da Baía, e, ainda, garantir a conformidade do Plano de Área da Baía de Sepetiba (PABS) com o plano nacional de contingência.

2. Gestão Socioambiental e de Sustentabilidade

A melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental tem como objetivo a redução de custos com passivos ambientais e desperdícios. Como desdobramento de suas diretrizes, a NUCLEP investiu em 2016:

- R\$ 172.703,11 com gerenciamento dos resíduos gerados no parque fabril;
- R\$ 81.341,34 com manejo de águas e efluentes;
- R\$ 1.219.549,68 com manejo de fauna e flora;
- R\$ 127.669,74 em gerenciamento de emergência;
- R\$ 20.592,28 em substituição por equipamentos mais eficientes em termos de economia de energia e água; e
- R\$ 12.073,46 com campanhas de educação ambiental;

Desde 2008, a NUCLEP realiza **doação de resíduos recicláveis** para cooperativas em geral e, desde 2009, mantém Termo de Doação Assinado com algumas cooperativas. Em 2016, vigoraram os seguintes termos de compromisso:

- Cooperativa Rede Nacional de Empreendimentos Solidários RECICLA RIO – Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente, CNPJ: 11.010.244/0001-71, Vigência: 01/10/2015 a 01/04/2016; e
- Cooperativa dos Trabalhadores do Complexo de Bonsucesso LTDA- COOTRABOM, CNPJ: 05.922.115/0001-57, Vigência: 16/07/2016 a 15/11/2016.

A NUCLEP destinou no ano de 2016 às cooperativas dos catadores de materiais recicláveis um volume de 111,08 toneladas (*sucata metálica ferrosa e não ferrosa, limalha, papel e papelão, sucata eletrônica, vidro, pneus inservíveis*), o que, além de diminuir os danos ambientais, contribui socialmente para inclusão e sobrevivência dos trabalhadores de baixa renda. Promoveu, também, no mesmo exercício, diversas campanhas corporativas voltadas para o bem-estar social dos seus empregados.

3. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Com relação às contratações realizadas, a NUCLEP vem utilizando um manual, elaborado em 2013, com orientações para adoção de critérios ambientais para inclusão em processos de aquisição de bens, produtos e serviços pela área de Suprimentos, conforme Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	17.380	17.014	Fornecedores		38.532	59.753
Contas a receber	5	53.522	54.734	Obrigações trabalhistas e sociais	13	27.611	25.596
Estoques	6	41.160	48.298	Obrigações tributárias	14	12.781	12.379
Impostos a recuperar	7	3.766	7.176	Previdência privada - NUCLEOS	17	17.253	17.067
Outros créditos	8	6.266	5.489	Obrigações com clientes	15	4.586	5.508
				Outras obrigações		704	911
				Receita de subvenção a realizar	19	5.835	-
TOTAL DO CIRCULANTE		122.094	132.711	TOTAL DO CIRCULANTE		107.302	121.214
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo				Exigível a Longo Prazo			
Contas a receber	9	213.929	201.745	Empréstimos - INB	16	24.641	21.526
Estoque - produção em processo	6	24.870	80.863	Previdência privada - NUCLEOS	17	197.215	185.799
Depósitos recursais		9.524	9.269	Provisões	18	7.220	8.169
Cauções		6.605	5.839	Obrigações com clientes	15	11.646	42.832
		254.928	297.716	Imóvel para aumento de capital	10	1.560	1.560
Investimento		64	64	Receita de subvenção a realizar	19	81.591	93.580
Imobilizado	10	286.123	294.807	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		323.873	353.466
Intangível	11	2.574	2.373	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Subvenção do Tesouro para investimento	12	(30.436)	(33.118)	Capital social	20.1	61.210	61.210
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		513.253	561.842	Reserva de reavaliação	20.2	46.372	51.099
TOTAL DO ATIVO		635.347	694.553	Ajuste de avaliação patrimonial	10.1	159.864	159.864
				Prejuízos acumulados		(63.274)	(52.300)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		204.172	219.873
				TOTAL DO PASSIVO		635.347	694.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)			
	Nota	2016	2015		2016	2015	
RECEITA LÍQUIDA				Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
	21	420.944	344.324	Resultado do exercício		(15.702)	(9.774)
Custo dos produtos e serviços vendidos		(163.992)	(113.014)	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
RESULTADO BRUTO		256.952	231.310	Variáveis monetárias líquidas		3.115	2.675
DESPESAS OPERACIONAIS				Depreciações e amortizações		7.134	7.368
Administrativas e comerciais		(159.910)	(161.389)	Baixa no ativo imobilizado		7.992	16.026
Tributárias		(2.192)	(3.073)	Realização das subvenções de investimentos		(2.681)	6.854
Financeiras líquidas	21a	(3.884)	(2.181)			(142)	23.149
Custos fabris não apropriados à produção		(106.880)	(69.767)	(Aumento) Redução do Ativo			
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(272.866)	(236.410)	Contas a receber		(10.973)	(27.273)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS				Outros créditos		(777)	(1.907)
Perda na venda de imobilizado		-	(5.511)	Estoques		63.132	(13.015)
Indenização de Seguro		212	837	Depósitos recursais e cauções		(1.022)	(1.027)
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS E RECEITAS		212	(4.674)	Impostos a recuperar		3.410	5.673
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL						53.770	(37.549)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				Aumento (Redução) do Passivo			
		(15.702)	(9.774)	Fornecedores		(21.221)	23.085
Número de ações em lote de mil		61.210	61.210	Obrigações trabalhistas e sociais		2.016	6.248
Resultado do exercício por ação em R\$		(0,26)	(0,16)	Obrigações tributárias		402	2.346
				Previdência privada		28.417	30.271
				Obrigações com clientes		(32.108)	(22.599)
				Subvenções a realizar/outras		(6.361)	15.846
				Provisões		(949)	(1.438)
						(29.804)	53.759
				Fluxo Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		23.824	39.359
				Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
				Aquisição de imobilizado		(6.442)	(9.937)
				Aquisição de intangível		(201)	-
				Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
				Subvenções para amortização de dívida - Nucleos		(16.815)	(15.426)
				Fluxo de Caixa Gerado (Aplicado) no Exercício		366	13.996
				Aumento (Redução) nas Disponibilidades			
				Saldo inicial do disponível (2015 / 2014)		17.014	3.018
				Saldo final do disponível (2016 / 2015)		17.380	17.014
				Varição no Saldo das Disponibilidades		366	13.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)			
	2016	2015	
Receitas			
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	61.489	61.516	Receitas financeiras
Insumos próprios e adquiridos de terceiros	(163.992)	(113.014)	Valor adicionado total a distribuir
Custo dos produtos e serviços prestados	-	(4.674)	Distribuição do valor adicionado
Perda com venda de imobilizado Líquido	(24.198)	(41.438)	Salários e encargos
Materiais, energia e serviços de terceiros	(188.190)	(159.126)	Honorários de diretoria
Valor adicionado bruto	(126.701)	(97.610)	Planos de aposentadoria e pensão
Depreciação, amortização e exaustão	(7.134)	(7.368)	Provisões (trabalhistas, cíveis e tributárias)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(133.835)	(104.978)	Impostos, taxas e contribuições
Valor adicionado recebido em transferência			Impostos Federais sobre vendas
Recursos orçamentários do Tesouro Nacional	365.358	290.673	Impostos Estaduais sobre vendas
			Impostos Municipais sobre vendas
			Juros e atualizações monetárias
			Resultado do exercício
			Valor adicionado distribuído
			342
			2.207
			231.865
			187.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Milhares de Reais)						
	Nota	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2015		61.210	56.409	159.864	(47.269)	230.214
Realização reserva de reavaliação	20	-	(4.743)	-	4.743	-
Baixa da reserva de reavaliação		-	(567)	-	-	(567)
Resultado do exercício		-	-	-	(9.774)	(9.774)
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2015		61.210	51.099	159.864	(52.300)	219.873
Realização reserva de reavaliação	20	-	(4.727)	-	4.727	-
Baixa da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	(15.702)	(15.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		61.210	46.372	159.864	(63.274)	204.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Milhares de Reais)

<p>1 - CONTEXTO OPERACIONAL</p> <p>A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação – MCTIC, sob o controle acionário da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, com objetivo social de projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, assim como equipamentos para a construção naval e offshore e outros projetos.</p> <p>Em face da falta de investimentos na área nuclear e atuando em um mercado bastante restrito, a empresa foi obrigada a reorientar suas atividades comerciais para outros segmentos. Com isso, as necessidades de capital de giro vêm sendo supridas com os recursos da União, que durante o exercício foram de R\$ 365.358 mil (2015: R\$ 290.673 mil).</p> <p>A empresa mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes: Plano de assistência médico-odontológico, extensivo aos dependentes; alimentação; transporte e plano de previdência privada com coparticipação dos empregados.</p> <p>2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</p> <p>As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referenciadas pela comissão de valores mobiliários – CVM. Quanto as novas normas, alterações e interpretações ainda não efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, a empresa não adotou essas alterações na elaboração destas demonstrações contábeis e não tem intenção de adotar estas normas de forma antecipada.</p> <p>2.1 – Demonstração do valor adicionado - DVA</p> <p>A companhia elaborou a DVA nos termos do Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais, são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.</p> <p>2.2 – Uso de Estimativas e Julgamentos</p> <p>Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário fazer uso de estimativas com base em premissas que alteram os valores dos ativos e passivos, com reflexos nas receitas e despesas. Essas estimativas correspondem: avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; vida útil do ativo imobilizado; análise de risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, assim como da avaliação dos demais riscos relacionados a outras provisões, como contingências pertinentes aos processos judiciais (trabalhistas; cíveis e tributárias). Embora a administração faça uso de avaliações que são revisados periodicamente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.</p> <p>2.3 – Base de Conversão de Moeda</p> <p>a) A moeda funcional e a moeda de apresentação</p> <p>A moeda funcional e a moeda de apresentação da companhia são o Real.</p> <p>b) Transações e saldos estrangeiros</p> <p>As operações com moedas estrangeiras, são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são mensurados. Variações positivas e negativas cambiais decorrentes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, oriundas de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado.</p> <p>3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS</p> <p>As principais práticas contábeis da empresa estão descritas a seguir:</p> <p>3.1.1 – Aos instrumentos financeiros ativos e certos passivos, como empréstimos, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e demais derivativos não se aplicam quaisquer ajustes para mensurá-los ao valor justo ou ao valor presente. Não se tem a mensuração do valor de mercado desse instrumento, dado que a intenção da entidade é ter os títulos até o vencimento.</p> <p>A NUCLEP não faz uso de derivativos (tais como contratos a termos, contratos futuros, opções de compra de venda, operações de swaps, entre outros), portanto não se aplica a contabilização de hedge (menos risco ao investidor).</p> <p>3.1.1 – Caixa e equivalente de caixa compreendem os numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com livre movimentação nas operações da empresa;</p> <p>3.1.2 – As contas a receber estão registradas ao valor original das vendas de produtos e serviços, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, julgados suficientes pela administração, conforme Nota 5;</p> <p>3.1.3 – Ao ativo realizável a longo prazo, não se aplicam a apuração de perdas ou desvalorização;</p> <p>3.1.4 – Outros créditos estão registrados ao valor original;</p> <p>3.2 – Os estoques estão registrados ao valor do custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado ou de reposição;</p> <p>3.3 – O imobilizado está registrado ao custo de aquisição e corrigido monetariamente até dezembro de 1.995, sendo considerado o prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens estabelecidos na Instrução Normativa SRF n.º 162/98.</p>	<p>3.3.1 – Quanto aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 e 13, a empresa entende que não há indícios de desvalorização, sendo desnecessária a redução de seu valor contábil, considerando que além dos serviços usuais de manutenção, a empresa iniciou a remodelação tecnológica das principais máquinas e equipamentos do parque industrial.</p> <p>3.3.2 – Conforme nota 20.2 a NUCLEP realizou no ano base de 2.000 a reavaliação dos seus bens do ativo imobilizado, o que era permitido na época. Em 2016 iniciou um plano de diretrizes para implementação de avaliação nos ativos fixos da empresa para os próximos anos. A estimativa apresentada no plano de negócio da empresa está assim apresentada:</p> <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th colspan="2">Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Execução Ano 2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>- Modernização Tecnológica das principais máquinas</td> <td></td> </tr> <tr> <td>- Segregação das funções de controles (Físico e Escritural)</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th colspan="2">Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Execução Ano 2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>- Contratação/Remanejamento de Pessoal</td> <td></td> </tr> <tr> <td>- Design, numeração e nova tecnologia para as plaquetas de patrimônio</td> <td></td> </tr> <tr> <td>- Revisão da Implementação do ERP – Módulo do Ativo Fixo</td> <td></td> </tr> <tr> <td>- Definição da tecnologia para o Controle de Inventário</td> <td></td> </tr> <tr> <td>- Laudo de Avaliação Patrimonial – Contratação</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th colspan="2">Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Execução Ano 2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>- Laudo de Avaliação Patrimonial – Realização</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>3.4 – As provisões trabalhistas são mantidas regularmente com encargos sociais e foram estimadas com base na opinião dos nossos advogados;</p> <p>3.5 – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos quando da entrada dos recursos líquidos e são apresentados pelo custo, acrescido de atualização monetária e juros proporcionais ao período incorrido, deduzidos dos pagamentos efetuados;</p> <p>3.6 – A reserva de reavaliação será mantida até a realização total dos ativos que a originaram, por meio de depreciação;</p> <p>3.7 – As receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade, de modo que esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados, compreendendo o valor das vendas de produtos e serviços, sendo reconhecidas pelo regime de competência;</p> <p>3.8 – Subvenções, são assistências financeiras governamentais recebidas do Tesouro Nacional, destinadas a investimentos (aquisição de ativos); pagamento de pessoal e custeio, reconhecidas pelo regime de competência nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos/despesas.</p> <p>A subvenção relacionada aos investimentos (aquisição de ativos) é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção da depreciação reconhecida no resultado do exercício.</p> <p>4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</p> <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th colspan="3">Limite de Saque com Vinculação de Pagamento</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Pessoal</td> <td style="text-align: right;">2016</td> <td style="text-align: right;">2015</td> </tr> <tr> <td>Custeio</td> <td style="text-align: right;">1.950</td> <td style="text-align: right;">2.820</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">15.430</td> <td style="text-align: right;">14.194</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">17.380</td> <td style="text-align: right;">17.014</td> </tr> </tbody> </table> <p>Corresponde à conta única centralizada no Tesouro Nacional, a qual, a empresa está vinculada como usuária do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), onde movimentam os recursos próprios e os recursos provenientes do tesouro nacional estabelecidos no orçamento.</p> <p>5 - CONTAS A RECEBER</p> <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th></th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fatura/Duplicata a Receber - Produtos</td> <td style="text-align: right;">24.794</td> <td style="text-align: right;">27.704</td> </tr> <tr> <td>Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços</td> <td style="text-align: right;">2.928</td> <td style="text-align: right;">3.004</td> </tr> <tr> <td>(-) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa</td> <td style="text-align: right;">(15.388)</td> <td style="text-align: right;">(15.388)</td> </tr> <tr> <td>Secretaria do Tesouro Nacional</td> <td style="text-align: right;">41.188</td> <td style="text-align: right;">39.414</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">53.522</td> <td style="text-align: right;">54.734</td> </tr> </tbody> </table>	Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial		Execução Ano 2016		- Modernização Tecnológica das principais máquinas		- Segregação das funções de controles (Físico e Escritural)		Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial		Execução Ano 2017		- Contratação/Remanejamento de Pessoal		- Design, numeração e nova tecnologia para as plaquetas de patrimônio		- Revisão da Implementação do ERP – Módulo do Ativo Fixo		- Definição da tecnologia para o Controle de Inventário		- Laudo de Avaliação Patrimonial – Contratação		Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial		Execução Ano 2018		- Laudo de Avaliação Patrimonial – Realização		Limite de Saque com Vinculação de Pagamento			Pessoal	2016	2015	Custeio	1.950	2.820		15.430	14.194		17.380	17.014		2016	2015	Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	24.794	27.704	Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	2.928	3.004	(-) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(15.388)	(15.388)	Secretaria do Tesouro Nacional	41.188	39.414		53.522	54.734
Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial																																																														
Execução Ano 2016																																																														
- Modernização Tecnológica das principais máquinas																																																														
- Segregação das funções de controles (Físico e Escritural)																																																														
Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial																																																														
Execução Ano 2017																																																														
- Contratação/Remanejamento de Pessoal																																																														
- Design, numeração e nova tecnologia para as plaquetas de patrimônio																																																														
- Revisão da Implementação do ERP – Módulo do Ativo Fixo																																																														
- Definição da tecnologia para o Controle de Inventário																																																														
- Laudo de Avaliação Patrimonial – Contratação																																																														
Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial																																																														
Execução Ano 2018																																																														
- Laudo de Avaliação Patrimonial – Realização																																																														
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento																																																														
Pessoal	2016	2015																																																												
Custeio	1.950	2.820																																																												
	15.430	14.194																																																												
	17.380	17.014																																																												
	2016	2015																																																												
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	24.794	27.704																																																												
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	2.928	3.004																																																												
(-) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(15.388)	(15.388)																																																												
Secretaria do Tesouro Nacional	41.188	39.414																																																												
	53.522	54.734																																																												

Do total do Contas a Receber, 77% (setenta e sete por cento) equivale ao crédito que a empresa tem com a Secretaria do Tesouro Nacional. Este crédito foi constituído com base na portaria n.º 1, de 11 de janeiro de 2.010 do Ministério do Planejamento, onde estabeleceu que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tem direito a receber do Tesouro Nacional, recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, transitadas e julgadas, conforme segue:

	2016	2015
Nucleos – Instituto de Seguridade Social	17.254	17.067
Indenizações c/ Pessoal	23.934	22.347
	41.188	39.414

Com relação a provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, a empresa utiliza os seguintes critérios:

- As perdas que já possuem uma declaração de insolvência do devedor, mediante sentença emanada pelo poder judiciário;
- Todos os títulos com valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por operação já vencidos há mais de um ano;
- Os títulos com valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) vencidos há mais de um ano, mas com procedimentos judiciais para o seu recebimento.

6 - ESTOQUES

Devido à implantação do sistema integrado Benner, não foi possível efetuar 100% (cem por cento) da contagem física dos estoques, a ser regularizado no decorrer do exercício de 2017. No tocante ao aspecto quantitativo, a produção em processo representa 91% do estoque total. A Produção em Processo compreendida entre o Curto e Longo Prazo, tem a seguinte composição:

	2016	2015
Produtos em Processo - Circulante	29.691	38.477
Eletronuclear	2.702	4.355
Outros Projetos	26.989	34.122
Produtos em Processo - Não Circulante	24.870	70.643
ICN - Submarino	553	31.444
Eletronuclear	24.317	39.199
Produtos em Processo Total	54.561	109.120
Estoque		
Produtos em Processo - Circulante	29.691	38.477
Matéria-Prima	1.095	6.174
Almoxarifado	10.374	10.579
	41.160	55.230
Produtos em Processo - Não Circulante	24.870	70.643
Estoque Total	66.030	125.873

7 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	2016	2015
Tributos Federais		
IPI	1.407	1.395
Imposto de Renda	93	516
COFINS	1.385	806
PASEP	298	172
	3.183	2.889
Tributos Estaduais		
ICMS	583	4.287
	583	4.287
Total de Impostos a Recuperar	3.766	7.176

A redução do crédito do ICMS, se deu em função da compensação dos débitos reconhecidos sobre as vendas no exercício sobre faturamentos efetuados contra a empresa Itaguaí Construções Navais – ICN, referente a venda das subseções dos cascos dos submarinos.

8 - OUTROS CRÉDITOS

	2016	2015
Adiantamentos a Fornecedores	2.898	2.570
Adiantamentos a Empregados	3.564	3.115
Outras Contas	524	524
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(720)	(720)
	6.266	5.489

9 - CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

Do total do Contas a Receber, 98% (noventa e oito por cento) corresponde ao crédito que a empresa tem com a Secretaria do Tesouro Nacional. Este crédito foi constituído com base na portaria n.º 1, de 11 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, onde estabeleceu que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tem direito a receber do Tesouro Nacional, recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, transitadas e julgadas, a saber:

	2016	2015
Nucleos – Instituto de Seguridade Social	197.215	185.799
Plano Médico – coparticipação empregados	6.083	5.603
Reclamações Cíveis	5.078	6.089
Reclamações Trabalhistas	1.826	1.764
Reclamações Tributárias	316	316
Duplicatas a Receber - INB	3.411	2.174
	213.929	201.745

10 - IMOBILIZADO

Contas	Taxas de Depreciação	Saldo Inicial	Incorporação ao Ativo	Baixa de Ativo	Depreciação Acumulada	2016	2015
						Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	161.424	-	-	-	161.424	161.424
Adiantamentos	-	8.690	-	-	-	8.690	10.711
Instalações	2%	9.693	-	-	(3.346)	6.347	6.635
Edificações	2%	78.874	-	-	(24.599)	54.275	56.030
Equipamentos Industriais	4%	131.415	259	(51)	(84.441)	47.182	52.565
Máquinas e Equipamentos	5%	5.864	934	-	(2.776)	4.022	2.067
Móveis e Utensílios	10%	2.160	37	-	(1.637)	559	681
Equipamentos de Informática	20%	7.029	49	-	(3.764)	3.315	4.270
Veículos	20%	1.377	-	-	(1.069)	308	424
		406.526	1.279	(51)	(121.631)	286.123	294.807

10.1 - Instalações NUCLEP – Com base na premissa, de que um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade, fizemos o reconhecimento deste registro contábil como nosso ativo em 2012. No exercício de 2013, a NUCLEP ajustou o valor contábil do imóvel com base em laudo de avaliações, com a finalidade de corrigir um erro material, fato esse que tornava as Demonstrações Contábeis deficientes em termos de relevância por ter um ativo registrado na contabilidade com o valor menor que o valor justo. Cabe destacar, que juridicamente a titularidade deste terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP, está em nome das Indústrias Nucleares do Brasil – INB, sendo que o registro contábil deste imóvel, consta como bem patrimonial nas duas empresas, faltando apenas, a decisão extrajudicial a ser definida de comum acordo entre as empresas.

Custo Contábil	1.560
Ajuste	159.864
Valor Justo	161.424

11- INTANGÍVEL

	2016	2015
Acordo de Cooperação Técnica	1.509	1.509
Sistema de Governança Corporativo – ERP - BENNER	1.065	864
Total	2.574	2.373

São transferências tecnológicas que estão em andamento. Correspondem a utilização de *software* relativo ao *Enterprise Resource Planning* – ERP que está em fase de implantação pela empresa Benner e de aquisição de *know-how*, pertinente a normas, métodos, procedimentos em atividades profissionais, para fabricação de motores de navios.

12- SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

São recursos oriundos do Tesouro Nacional, relacionados aos ativos que foram adquiridos pela Companhia a partir do exercício de 2008, sendo reconhecidos como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção de sua depreciação, de acordo com o pronunciamento contábil nº 07 emitido pelo CPC. Os saldos estão apresentados a seguir:

	2016	2015
Aquisições	34.396	36.238
Receita realizada (acumulada)	(3.960)	(3.120)
	30.436	33.118

13- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2016	2015
Salários e Encargos	113	1.136
Férias	27.498	24.460
	27.611	25.596

14- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2016	2015
Tributos Federais		
Imposto de Renda s/Lucro	5.519	5.059
CSSL	1.889	1.731
INSS	155	216
Diversos Lei 9.430	64	95
	7.627	7.101
Tributos Estaduais		
IPTU	5.154	5.278
	5.154	5.278
Total de Impostos a recolher	12.781	12.379

15- OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Compreende os valores recebidos por conta de eventos contratuais de fabricação e a receita é reconhecida na proporção em que os eventos físicos de cada contrato são concluídos. Estão divididos em circulante e não circulante.

	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Centro Tecnológico da Marinha em SP - CTMSP	-	9.572	-	8.094
Indústrias Nucleares do Brasil - INB	-	1.033	-	1.033
Eletronuclear S/A - Eletronuclear	4.286	-	5.508	-
Itaguaí Construções Navais	300	1.041	-	33.705
	4.586	11.646	5.508	42.832

16- EMPRÉSTIMOS INB

Concedido pela INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A em 09 de dezembro de 1992, remunerado pela TR e acrescido de juros de 12% a.a., sendo que a quitação deveria ser efetuada mediante pagamento através de prestação de serviços técnicos até 31 de dezembro de 1997 e o saldo remanescente atualizado no montante de R\$ 24.641 mil (2015: R\$ 21.526 mil) deveria ser quitado em 8 (oito) prestações mensais sucessivas até 31 de agosto de 1.998. Como não houve recursos financeiros para quitação desta dívida, as empresas estão negociando uma nova proposta de pagamento.

17- PREVIDÊNCIA PRIVADA - NUCLEOS

	2016	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Circulante	17.253	17.067
Não Circulante	197.215	185.799
	214.468	202.866

A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram em 21/11/2007 Termo de Transação, em valor de R\$ 120.111 mil, atualizado até 31/10/2007, homologado em juízo, consolidando as dívidas existentes, em conformidade com laudo pericial no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3, junto da 30ª Vara Civil do Rio de Janeiro.

Este laudo pericial que serviu de base ao Termo de Transação, reduziu a dívida em R\$ 112.813 mil na data-base de 31/12/2006.

Em 17/12/2007, foi realizado perante a 11ª Câmara Cível, o julgamento da apelação nº 2007.001.65700, interposta pela NUCLEP sobre o restante da dívida no valor de R\$ 112.813 mil.

Em 02/12/2014, o Supremo Tribunal de Justiça – STJ negou provimento ao recurso interposto pelo NUCLEOS (Agravo 222.312-RJ) e, consequentemente, manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à NUCLEP.

Em 19/11/2015, o Supremo Tribunal Federal – STF negou provimento ao Recurso interposto pelo NUCLEO e manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à Nuclep. Houve o trânsito em julgado da decisão. Os autos foram encaminhados ao TJRJ em 27/11/2015.

O Termo de Transação já citado veio estabelecer novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do INPC e carência de 24 meses, determinando o pagamento da 1ª parcela em 02/12/2009.

18- PROVISÕES: ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

18.1 Ativos Contingentes:

Não são reconhecidos contabilmente, exceto se a administração possuir total controle da situação ou quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais, não couber mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os ativos contingentes, tem como base, os relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC nr. 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM, cuja expectativa de êxito é considerada como provável, sendo divulgados, conforme segue:

	2016	2015
Ações cíveis	2.465	1.455

18.2 Passivos Contingentes:

A empresa mantém provisões em função de processos trabalhistas, cíveis e tributários, objetivando demonstrar prováveis perdas nas causas judiciais que poderão ser decididos contra a Nuclep. Foram constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Dentre as ações de reclamações trabalhistas, constam diversos processos movidos pelos empregados da Nuclep que, requerem a retroatividade das perdas do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR que foi implantado sem efeito retroativo.

Os saldos dessas provisões são os seguintes:

	2016	2015
Ações trabalhistas	1.827	1.764
Ações cíveis	5.077	6.089
Ações tributárias	316	316
	7.220	8.169

As contingências classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente e estão assim representadas:

	2016	2015
Ações trabalhistas	30.639	18.601
Ações cíveis	7.132	11.207
Ações tributárias	-	182
	37.771	29.990

19- RECEITA DE SUBVENÇÃO A REALIZAR

Referem-se aos valores recebidos a título de subvenções, cujos custos e/ou despesas ainda não incorreram. Foram destinadas para custear os adiantamentos concedidos na folha de pagamento de dez/16, a título de férias e 13º salários.

	2016	2015
Adiantamento de Férias	2.484	-
Adiantamento de 13º Salários	1.079	-
Adiantamento de pagamento rescisão de contrato	2.272	-
	5.835	-

20- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2016	2015
Capital Autorizado	183.524	183.524
Capital a integralizar	(122.314)	(122.314)
Capital Subscrito e Integralizado	61.210	61.210
Reserva de Reavaliação	46.372	51.099
Ajuste de Avaliação Patrimonial	159.864	159.864
Prejuízos Acumulados	(63.274)	(52.300)
Total	204.172	219.873

20.1 - Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, Capítulo III, Artigo 6º, Parágrafo Único, o capital social está autorizado a aumentar em até R\$ 183.523.810,00 (cento e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e dez reais) divididos em 183.523.810 (cento e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e dez) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

O capital social subscrito e integralizado, possui a seguinte composição:

- Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN	99,9995%
- Outros (Pessoas Físicas)	0,0005%

20.2 - Reserva de Reavaliação

No ano base de 2.000, foi efetuada a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado e neste exercício, foram realizadas baixas no montante de R\$ 4.727 mil (2015: R\$ 4.743 mil).

	2016	2015
Instalações	159	175
Edifícios	1.258	1.258
Terminal Marítimo	81	81
Acesso ao Terminal Marítimo	32	32
Máquinas e Equipamentos industriais	3.197	3.197
	4.727	4.743

21 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

- Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços

	2016	2015
ICN	51.899	39.785
Eletronuclear	4.285	-
Petrobrás	3.382	19.547
Outros	1.923	2.184
TOTAL	61.489	61.516

Das vendas brutas, 91% (noventa e um por cento) compreende a receita reconhecida no exercício referente aos contratos de fornecimentos nº 20/10 firmados com as empresas ICN – Itaguaí Construções Navais (subseções do casco do submarino); 009/09 e 006/10 Eletronuclear relativo aos acumuladores e condensadores para usina nuclear.

- Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional

	2016	2015
Pessoal	294.027	260.105
Custeio	64.889	20.631
Investimentos	6.442	9.937
TOTAL	365.358	290.673

São suportes financeiros recebidos em forma de subvenção, destinados a manutenção da empresa. Tem como objetivo, fazer face as despesas com pessoal, parte dos custeios operacionais e aos investimentos. São contabilizados conforme estabelece a norma contábil CPC 07, ou seja, como receita de subvenção no mesmo período de reconhecimento das despesas a que estão associadas.

Os recursos recebidos para investimentos, são demonstrados em conta redutora do Ativo Não Circulante e reconhecidos no resultado na mesma proporção da depreciação ou baixa do bem correspondente.

- Consolidação da Receita Operacional Bruta

	2016	2015
Receita Operacional Bruta	426.847	352.189
(-) Impostos, Contribuições e Deduções sobre vendas	(5.903)	(7.865)

demonstração de resultado como despesas administrativas, foi de R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais), (2015: R\$ 33.763,00).

23- PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A NUCLEP é Patrocinadora-Fundadora do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, tendo como demais patrocinadores a Eletrobrás Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR, as Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB e o próprio Instituto, entidade fechada de previdência privada, que administra um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social para seus empregados e dirigentes, amparado por contrato solidário de responsabilidades firmado entre todas as partes.

O programa criado em 1979 para ser o fundo de pensão do setor nuclear do país, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, é mantido através de um Plano de Benefícios Definidos – BD, que visa garantir aos participantes uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à da atividade, quando somada à da previdência social limitada a três tetos previdenciários. Dá cobertura, também, às aposentadorias por invalidez, especiais e o pagamento de pensões aos dependentes de participantes que vierem a falecer. Em 31 de dezembro a população vinculada ao programa era a seguinte, comparada com o exercício anterior:

	2016	2015
	Plano BD	Plano BD
DADOS POPULACIONAIS		
1. Participantes Ativos		
1.1. Número de empregados vinculados ao plano	866	900
1.2. Idade Média (anos)	40,0	39,5
1.3. Serviço Creditado (total)	13,4	12,9
1.4. Tempo Médio de Serviço Futuro (Aposentadoria)	18,4	15,2
1.5. Valor do Salário Médio (R\$)	10.323,50	9.124,66
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados por contribuição, idade e especial	198	174
2.2. Idade Média (anos)	63,84	63,16
2.3. Benefício Médio (R\$)	5.158,25	4.491,74
3. Pensionistas		
3.1. Número de participantes pensionistas	52	52
3.2. Idade Média (anos)	61,5	58,4
3.3. Benefício Médio (R\$)	2.745,64	2.265,38
População Total	1.116	1.126

Ao adotar os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, esta especialmente pela Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33, a NUCLEP procedeu a avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefício pós-emprego, através da empresa GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS – Registro CIBA nº 067, cujos resultados são abaixo expostos.

A avaliação independente é baseada no regime de capitalização sob o método da Unidade de Crédito Projetada e pode diferir daquela que é periodicamente realizada pela administração do programa, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

Em 31 de dezembro, a avaliação independente revelou os seguintes resultados:

	2016	2015
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES		
Valor presente da obrigação atuarial no Início do Exercício	(341.792)	(394.301)
Custo dos Juros	(42.592)	(50.954)
Custo do Serviço Corrente	(9.516)	(10.555)
Benefícios Pagos pelo plano	15.133	11.691
Remunerações de Ganhos/(Perdas) Atuariais	(114.381)	102.327
Valor presente da obrigação atuarial no final do Exercício	(493.148)	(341.792)
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS		
Valor Justo dos Ativos no Início do Exercício	508.765	410.301
Receitas de Juros	65.432	53.022
Contribuições do Patrocinador	13.221	12.213
Contribuições dos Participantes	10.092	7.060
Benefícios Pagos pelo plano	(15.133)	(11.692)
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os ativos do plano	(41.122)	37.861
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	541.254	508.765
ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO	48.106	166.973

A NUCLEP subscreveu um contrato de confissão de dívida junto ao NUCLEOS para garantir a reposição de aportes vencidos. A Companhia optou pelo registro contábil desse contrato cujo saldo, em 31/12/2016, é de R\$ 214.468 (nota 17).

24- COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas que possam impactar em prejuízos ao patrimônio da NUCLEP. As coberturas estão assim distribuídas:

Seguro	Riscos Cobertos	Cobertura R\$
Estoque e Imobilizado	Incêndios e riscos diversos	125.982
Diretores e conselheiros	Responsabilidade civil	10.000
Veículos	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais	100% tabela FIPE
Viagem/Permanência de funcionários a serviço no exterior	Responsabilidade civil	3.000
Seguro de vida em grupo	Funcionários	27

25- CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997 a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade, com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A, para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato, alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais.

Na tentativa de não denunciar o contrato, a Nuclep pactou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e consequentemente refazer o plano de recebimento incluindo as novas obrigações assumidas pelo arrendatário. Entretanto, a TMC continuou inadimplente, levando a Nuclep em 29 de junho de 2004 a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário.

Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retro portuária, mas, quanto à dívida, teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais, distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital – RJ, aguardando decisão.

A NUCLEP considera remota a possibilidade de recebimento do montante da dívida, e tem optado em manter registrado contabilmente em contas de compensação o valor de R\$ 207.033 mil (2015: R\$ 198.122 mil), que corresponde ao total da dívida corrigida e acumulada.

26- PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A companhia possui prejuízos fiscais e consequentemente bases negativas de contribuição social, que geram créditos fiscais e não se encontram refletidos nas demonstrações contábeis, e representam um ativo fiscal diferido, que serão compensados com lucros tributários gerados pelas operações futuras, demonstrados a seguir:

	2016	2015
Imposto de Renda	(104.610)	(90.081)
Contribuição Social	(116.358)	(101.829)

27- TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, envolvendo operações de empréstimos e financiamentos. As transações são realizadas de acordo com os padrões de mercado.

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	2016		2015	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
INB	Empréstimos e Financiamentos	3.411	24.641	2.174	21.526

Benefícios Monetários

	2016	2015
Honorários	1.392	825

28- CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia.

LIBERAL ENIO ZANELATTO		
Presidente Interino		
CPF 970.757.448-87		
CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS	RICARDO ANTUNES CORRÊA	LIBERAL ENIO ZANELATIO
Diretor Administrativo	Diretor Comercial Interino	Diretor Industrial
CPF 507.580.717-87	CPF 296.215.507-34	CPF 970.757.448-87
GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO	CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA	
Gerente Geral de Planejamento e Finanças	Contador - CRC-RJ 044.218/O-0	
CPF 491.885.187-87	CPF 414.363.777-49	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTO PESADOS S.A. – NUCLEP

Itaguaí - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **NUCLEBRÁS EQUIPAMENTO PESADOS S.A. – NUCLEP (EMPRESA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de março de 2016, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cuja a apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos posteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **EMPRESA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **EMPRESA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **EMPRESA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **EMPRESA**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **EMPRESA**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **EMPRESA** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS – 71.505/O-3 – S - RJ
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS – 59.628/O-2 – S - RJ
Sócio Responsável Técnico

BALANÇO SOCIAL – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

	2016		2015	
	R\$ Mil	Distrib. %	R\$ Mil	Distrib. %
1 – GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA - DVA				
Empregados	217.560	93,8%	179.907	95,8%
Governo	8.096	3,5%	10.939	5,8%
Financiadores	21.911	9,4%	6.829	3,6%
Acionistas	(15.702)	(6,8)%	(9.773)	(5,2)%
Total	231.865	100,0%	187.902	100,0%
2 – BASE DE CÁLCULO DOS INDICADORES				
	2016		2015	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
Receita Líquida (RL)	420.944		344.324	
Resultado Líquido do Exercício (RLE)	(15.702)		(9.771)	
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (Remuneração + Encargos)	217.560		179.907	
3 – RECURSOS HUMANOS				
	2016		2015	
	R\$ Mil	% sobre RH	R\$ Mil	% sobre RH
3.1 – REMUNERAÇÃO BRUTA				
Empregados	180.784	56,1%	144.731	61,8%
Administradores	1.392	0,4%	825	0,4%
Total	182.176	56,5%	145.556	62,2%
	2016	% sobre RL	2015	% sobre RL
3.2 – ENCARGOS SOCIAIS	R\$ Mil	% sobre RH	R\$ Mil	% sobre RH
	78.899	24,5%	34.351	14,7%
		% sobre RL		% sobre RL
3.3 – BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ Mil	% sobre RH	R\$ Mil	% sobre RH
Alimentação	9.260	2,9%	5.730	2,4%
Transporte	10.452	3,2%	10.175	4,3%
Previdência Privada	30.162	9,4%	24.436	10,4%
Assistência Médica e Odontológica	9.128	2,8%	5.988	2,6%
Segurança e Medicina do Trabalho	798	0,2%	5.129	2,2%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.060	0,3%	1.793	0,8%
Seguro de Vida em Grupo	518	0,2%	253	0,1%
Outros Benefícios	-	0,0%	724	0,3%
Total	61.378	19,0%	54.228	23,2%
TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	322.453	100,0%	234.135	100,0%
	2016		2015	
RELAÇÃO ENTRE A MENOR E A MAIOR REMUNERAÇÃO	R\$ Mil		R\$ Mil	
Empregados	33	1,2	23	1,2
Administradores	33	-	33	-
3.4 – COMPOSIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL		2016		2015
Total de empregados ao final do exercício		1.058		1.066
Total de admissões durante o exercício		50		58
Total de demissões durante o exercício		58		40
Total de estagiários ao final do exercício		49		31
Total de prestadores de serviço terceirizados ao final do exercício		27		296
Total de empregados com necessidades especiais ao final do exercício		2		2
Total de negros que trabalham na Empresa		489		489
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros		22,0%		25,0%
Total de empregados por sexo:				
• Feminino		208		211
• Masculino		850		855
		2016		2015
Percentual de ocupantes de cargos de chefia por sexo:				
• Feminino		28,0%		29,0%
• Masculino		72,0%		71,0%
Total de empregados por faixa etária:				
• menores de 18 anos		-		-
• de 18 a 35 anos		427		449
• de 36 a 45 anos		246		229
• de 46 a 60 anos		299		306
• acima de 60 anos		86		82

Total de empregados por nível de escolaridade:

• analfabetos	-	-
• com ensino fundamental	126	136
• com ensino médio	470	465
• com ensino técnico	160	166
• com ensino superior	281	253
• pós-graduados	21	46

AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS CONTRA A EMPRESA

	2016	2015
Número de processos trabalhistas movidos contra a empresa (un)	303	70
Número de processos trabalhistas julgados procedentes (un)	11	19
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes (un)	83	23
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação judicial (R\$ Mil)	4.286	4.546

4 – INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO

	2016	2015
	R\$ MIL	R\$ MIL

4.1 – RELACIONADOS COM A COMUNIDADE

Total de investimentos/gastos em:		
Educação	29	6.515
Transporte	286	411
Alimentação	254	358
Total relacionamento com a comunidade	569	7.284

4.2 – INTERAÇÃO COM OS CLIENTES

Número de reclamações recebidas diretamente na empresa	-	-
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	-	-
Número de reclamações recebidas por meio da justiça	-	-
Número de reclamações atendidas em cada instância arrolada	-	-
Montante de multas e indenizações pagas a clientes	-	-
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	-	-

4.3 – INTERAÇÃO COM OS FORNECEDORES

Como critério de responsabilidade social na seleção dos fornecedores, são exigidos os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa	SIM	SIM
	%	%
	sobre RH	sobre RL

5 – INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

	2016	2015
	R\$ Mil	R\$ Mil
Investimentos e gastos relacionados com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	2.787 (17,7)%	0,7% 2.150 (22,0)% 0,6%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	146 (2,2)%	0,1% 357 (3,7)% 0,1%
Investimentos e gastos com a educação para empregados e administradores da entidade	12 (0,1)%	0,0% 19 (0,2)% 0,0%
Passivos Contingenciais	173 (1,1)%	0,1% 554 - -
Total da interação com o meio ambiente	3.318 (21,1)%	0,8% 3.080 (25,9)% 0,7%

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTO PESADOS S.A. – NUCLEP.

Itaguaí – RJ

ASSUNTO: Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes relacionado com informações sobre sustentabilidade e responsabilidade social.

Introdução

Fomos contratados pela Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP para apresentar nosso relatório de asseguarção limitada sobre a compilação das Informações socioambientais constantes no Balanço Social da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades da administração da Companhia

A administração da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações socioambientais constantes no Balanço Social de acordo com os critérios do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Companhia e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguarção limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguarção limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações socioambientais constantes no Balanço Social e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social da NUCLEP;

(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações socioambientais constantes no Balanço Social; e

(d) o confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* aplicável na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados no trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados no trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social. Conseqüentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações socioambientais constantes no Balanço Social. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada à natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)*.

São Paulo, 10 de março de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS – 71.505/O-3 – S - RJ
Sócio Responsável Técnico
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS – 59.628/O-2 – S - RJ
Sócio Responsável Técnico